



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.734-B, DE 2025 **(Do Sr. Sargento Portugal)**

Dispõe sobre o reconhecimento, em todo o território nacional, da certificação de bombeiro mergulhador expedida pelos Corpos de Bombeiros Militares, conferindo-lhe validade para atividades civis; tendo parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação, com emenda (relator: DEP. CAPITÃO ALDEN); e da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, pela aprovação do PL 2734/25 e pela rejeição da emenda da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (relator: DEP. DELEGADO FABIO COSTA).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO;
RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

SUMÁRIO

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado:

- Parecer do relator
- Emenda oferecida pelo relator
- Parecer da Comissão
- Emenda adotada pela Comissão

III - Na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025
(Do Sr. Sargento Portugal)

Dispõe sobre o reconhecimento, em todo o território nacional, da certificação de bombeiro mergulhador expedida pelos Corpos de Bombeiros Militares, conferindo-lhe validade para atividades civis.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o reconhecimento, em todo o território nacional, da certificação de bombeiro mergulhador expedida pelos Corpos de Bombeiros Militares, conferindo-lhe validade para atividades civis.

Art. 2º É reconhecida, em todo o território nacional e para todos os efeitos legais, a certificação de bombeiro mergulhador expedida pelos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, com validade para atividades privadas.

Art. 3º A certificação de que trata esta Lei terá validade para o exercício de atividades de mergulho profissional em ambientes civis, públicos ou privados, desde que observadas as normas técnicas e de segurança previstas pela legislação vigente e pelas entidades certificadoras civis competentes.

Art. 3º O reconhecimento de que trata esta Lei dependerá da apresentação do certificado de conclusão do curso de bombeiro mergulhador, expedido por Corpo de Bombeiro Militar, acompanhado da grade curricular e do registro de conclusão publicado em boletim interno da corporação.

Art. 4º Os certificados de que trata esta Lei conterão, no mínimo:

I - identificação do militar e do curso realizado;



- II - carga horária e conteúdo programático;
- III - data de realização e aprovação;
- IV - assinatura da autoridade militar responsável.

Art. 5º O bombeiro mergulhador militar certificado poderá, mediante requerimento e apresentação dos documentos referidos no art. 3º, solicitar o registro junto às entidades certificadoras profissionais, que deverão aceitar a equivalência da formação, salvo exigência de complementação curricular, conforme normas específicas do setor.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem como objetivo reconhecer, em todo o território nacional, a certificação de bombeiro mergulhador expedida pelos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, conferindo-lhe validade para o exercício de atividades civis, públicas ou privadas, no campo do mergulho profissional.

A formação dos bombeiros mergulhadores nos Corpos de Bombeiros Militares é reconhecidamente rigorosa, abrangendo aspectos técnicos, operacionais e de segurança, muitas vezes com grau de exigência superior ao de cursos civis equivalentes. No entanto, mesmo com essa qualificação, muitos profissionais são impedidos de atuar em atividades civis por falta de reconhecimento formal de sua formação por parte de entidades certificadoras do setor.

Diante disso, esta proposição busca corrigir essa lacuna legal, permitindo que a expertise técnica adquirida por esses profissionais no serviço público possa ser aproveitada também no setor privado, contribuindo para ampliar as oportunidades de trabalho, valorizar a carreira militar e atender à crescente demanda por profissionais qualificados na área do mergulho civil.

Ao estabelecer critérios objetivos para o reconhecimento da certificação — como a apresentação do certificado de conclusão do curso, grade curricular e publicação oficial do ato de conclusão — o projeto garante



segurança jurídica, transparência e controle, sem comprometer os padrões de qualidade exigidos pelo setor.

Além disso, o projeto respeita a autonomia das entidades certificadoras civis, ao permitir a exigência de complementações curriculares, quando for o caso, assegurando a harmonização entre as diferentes normativas aplicáveis ao mergulho profissional no Brasil.

Portanto, trata-se de uma medida justa, coerente e necessária, que promove a integração entre formação militar e mercado civil, otimizando os recursos públicos investidos na capacitação dos bombeiros e ampliando as possibilidades de atuação desses profissionais.

Em face do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para que este Projeto de Lei possa prosperar.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Sargento Portugal
Deputado Federal
Podemos/RJ





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 2.734, DE 2025

Dispõe sobre o reconhecimento, em todo o território nacional, da certificação de bombeiro mergulhador expedida pelos Corpos de Bombeiros Militares, conferindo-lhe validade para atividades civis.

Autor: Deputado SARGENTO PORTUGAL

Relator: Deputado CAPITÃO ALDEN

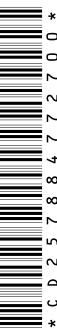
I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.734, de 2025, de autoria do nobre Deputado SARGENTO PORTUGAL, visa, nos termos da sua ementa, a dispor sobre o reconhecimento, em todo o território nacional, da certificação de bombeiro mergulhador expedida pelos Corpos de Bombeiros Militares, conferindo-lhe validade para atividades civis.

O Autor aponta para a rigorosa formação dos bombeiros mergulhadores nos Corpos de Bombeiros Militares, muitas vezes com grau de exigência superior ao de cursos civis equivalentes, mas ressalta que, apesar dessa qualificação, muitos profissionais são impedidos de atuar em atividades civis por falta de reconhecimento formal de sua formação por parte de entidades certificadoras do setor.

Em razão disso, o nobre Autor entende que a proposição busca corrigir essa lacuna legal, estabelecendo critérios objetivos para o reconhecimento da certificação, garantindo segurança jurídica, transparência e controle, sem comprometer os padrões de qualidade exigidos pelo setor.

Desse modo, será permitido que a expertise técnica adquirida por esses profissionais no serviço público possa ser aproveitada também no setor privado, contribuindo para ampliar as oportunidades de trabalho, valorizar a carreira militar e





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

atender à crescente demanda por profissionais qualificados na área do mergulho civil.

O Autor ainda alerta para o respeito do projeto à autonomia das entidades certificadoras civis, ao permitir a exigência de complementações curriculares, quando for o caso, assegurando a harmonização entre as diferentes normativas aplicáveis ao mergulho profissional no Brasil.

Apresentado em 06 de junho de 2025, o Projeto de Lei nº 2.734, de 2025, foi distribuído, em 09 do mês seguinte, à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (mérito), à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (mérito) e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD), sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II) no regime de tramitação ordinária (art. 151, III, RICD).

Aberto o prazo de 5 (cinco) sessões, a partir de 19 de setembro de 2025, para apresentação de emendas, o mesmo foi encerrado, em 1º de outubro de 2025, sem que tenham sido apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 2.734, de 2025, vem à apreciação desta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado por dispor sobre matéria relativa ao pessoal dos órgãos institucionais de segurança pública, nos termos da alínea “d” do inciso XVI do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A proposição mostra-se pertinente e oportuna, uma vez que busca corrigir lacuna normativa existente na legislação referente ao exercício do mergulho profissional civil, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento da formação dos bombeiros mergulhadores.

A formação atualmente oferecida pelos Corpos de Bombeiros Militares segue protocolos rigorosos, com alta exigência técnica e foco em segurança, salvamento, resgate e operações subaquáticas, compatíveis, e muitas vezes superiores, às exigências do mercado civil. Essa robustez técnica, quando aplicada ao ambiente privado, eleva significativamente o padrão de segurança das atividades





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

submersas, reduz riscos operacionais e fortalece a proteção de trabalhadores, empresas e estruturas que dependem de intervenções especializadas.

No setor privado, verifica-se crescente demanda por profissionais qualificados, impulsionada pela expansão de obras de infraestrutura, operações portuárias, serviços de manutenção subaquática e outras atividades que requerem mão de obra altamente capacitada. Nesse cenário, o reconhecimento formal da certificação de bombeiro mergulhador surge como solução eficiente e já disponível para suprir essa necessidade, valorizando a formação militar e promovendo maior segurança nas operações civis.

A emenda apresentada aperfeiçoa o texto ao estabelecer parâmetros mínimos objetivos para a formação que dará ensejo ao reconhecimento nacional, fixando carga horária mínima, conteúdos obrigatórios e critérios de conformidade. Essa medida reforça a segurança jurídica, padroniza requisitos técnicos e preserva a autonomia das entidades certificadoras civis, que poderão exigir complementações curriculares sempre que necessário.

Sob o prisma econômico e social, a iniciativa amplia oportunidades de trabalho para militares da reserva e ex-integrantes dos Corpos de Bombeiros Militares, valorizando a expertise adquirida no serviço público, incentivando a transição para o mercado civil e promovendo o aproveitamento de recursos técnicos já formados pelo Estado.

Diante do exposto, votamos, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2.734, de 2025, com Emenda anexa.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado CAPITÃO ALDEN
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 2.734, DE 2025

Dispõe sobre o reconhecimento, em todo o território nacional, da certificação de bombeiro mergulhador expedida pelos Corpos de Bombeiros Militares, conferindo-lhe validade para atividades civis.

EMENDA Nº 1

Dê-se aos arts. 5º, 6º e 7º do Projeto de Lei nº 2.734, de 2025, a seguinte redação:

“Art. 5º Para fins de reconhecimento nacional da certificação de bombeiro mergulhador expedida pelos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, estabelece-se que os cursos de especialização deverão contar com carga horária mínima de 200 (duzentas) horas, distribuídas entre atividades teóricas e práticas.

§ 1º A carga horária mínima deverá contemplar, obrigatoriamente, conteúdos referentes a:

- I – fundamentos do mergulho autônomo;
- II – técnicas de resgate e salvamento subaquático;
- III – procedimentos operacionais em ambiente de risco;
- IV – gestão de emergências e primeiros socorros;
- V – normas técnicas de segurança aplicáveis às atividades submersas;
- VI – utilização de equipamentos de mergulho.

§ 2º As instituições responsáveis pela formação poderão ampliar a carga horária e o conteúdo programático, desde que respeitado o mínimo previsto nesta Lei e assegurado o atendimento dos padrões de segurança exigidos para a atividade.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

§ 3º O descumprimento da carga horária mínima prevista neste artigo impedirá o reconhecimento da certificação para fins civis, até que todas as exigências legais sejam integralmente atendidas.

Art. 6º O bombeiro mergulhador militar certificado poderá, mediante requerimento e apresentação dos documentos referidos no art. 3º, solicitar o registro junto às entidades certificadoras profissionais, que deverão aceitar a equivalência da formação, salvo exigência de complementação curricular, conforme normas específicas do setor.

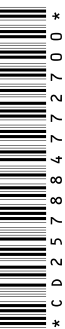
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado CAPITÃO ALDEN
Relator

Apresentação: 18/11/2025 09:13:22.040 - CSPCCO
PRL 2 CSPCCO => PL 2734/2025

PRL n.2



* C D 2 5 7 8 8 4 7 7 2 7 0 0 *



Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 2.734, DE 2025

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.734/2025, com emenda, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Capitão Alden.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Delegado Paulo Bilynskyj - Presidente, Sargento Gonçalves - Vice-Presidente, Alberto Fraga, André Fernandes, Capitão Alden, Delegada Ione, Delegado Fabio Costa, Delegado Palumbo, Flávio Nogueira, Roberto Monteiro Pai, Rodrigo da Zaeli, Sargento Fahur, Sargento Portugal, Zucco, Allan Garcês, Cabo Gilberto Silva, Capitão Augusto, Coronel Assis, Coronel Chrisóstomo, Coronel Meira, Dayany Bittencourt, Delegado Bruno Lima, Delegado Éder Mauro, Duda Salabert, General Girão, Gilvan da Federal, Hugo Leal, Kim Kataguiiri, Magda Mofatto e Rodolfo Nogueira.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 2025.

Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ
Presidente



**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

EMENDA ADOTADA AO PROJETO DE LEI Nº 2.734, DE 2025

Dispõe sobre o reconhecimento, em todo o território nacional, da certificação de bombeiro mergulhador expedida pelos Corpos de Bombeiros Militares, conferindo-lhe validade para atividades civis.

EMENDA Nº 1

Dê-se aos arts. 5º, 6º e 7º do Projeto de Lei nº 2.734, de 2025, a seguinte redação:

“Art. 5º Para fins de reconhecimento nacional da certificação de bombeiro mergulhador expedida pelos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, estabelece-se que os cursos de especialização deverão contar com carga horária mínima de 200 (duzentas) horas, distribuídas entre atividades teóricas e práticas.

§ 1º A carga horária mínima deverá contemplar, obrigatoriamente, conteúdos.

referentes a:

- I – fundamentos do mergulho autônomo;
- II – técnicas de resgate e salvamento subaquático;
- III – procedimentos operacionais em ambiente de risco;
- IV – gestão de emergências e primeiros socorros;
- V – normas técnicas de segurança aplicáveis às atividades submersas;
- VI – utilização de equipamentos de mergulho.

§ 2º As instituições responsáveis pela formação poderão ampliar a carga horária e o conteúdo programático, desde que respeitado o mínimo previsto nesta Lei e assegurado o atendimento dos padrões de segurança exigidos para a atividade.



§ 3º O descumprimento da carga horária mínima prevista neste artigo impedirá o reconhecimento da certificação para fins civis, até que todas as exigências legais sejam integralmente atendidas.

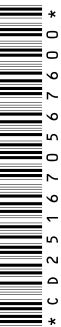
Art. 6º O bombeiro mergulhador militar certificado poderá, mediante requerimento e apresentação dos documentos referidos no art. 3º, solicitar o registro junto às entidades certificadoras profissionais, que deverão aceitar a equivalência da formação, salvo exigência de complementação curricular, conforme normas específicas do setor.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 2025.

Deputado Delegado Paulo Bilynskyj
Presidente

Apresentação: 26/11/2025 19:31:10.737 - CSPCCO
EMC-A 1 CSPCCO => PL 2734/2025
EMC-A n.1



COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

PROJETO DE LEI Nº 2.734, DE 2025

Dispõe sobre o reconhecimento, em todo o território nacional, da certificação de bombeiro mergulhador expedida pelos Corpos de Bombeiros Militares, conferindo-lhe validade para atividades civis.

Autor: Deputado SARGENTO PORTUGAL

Relator: Deputado DELEGADO FABIO COSTA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.734, de 2025 (PL 2734/2025), de autoria do Deputado Sargento Portugal, dispõe sobre o reconhecimento, em todo o território nacional, da certificação de bombeiro mergulhador expedida pelos Corpos de Bombeiros Militares, conferindo-lhe validade para atividades civis.

Em sua justificção, o autor sustenta que a formaço dos bombeiros mergulhadores militares é reconhecidamente rigorosa, abrangendo aspectos técnicos, operacionais e de segurana, muitas vezes com grau de exigência superior ao de cursos civis equivalentes. Argumenta, contudo, que, apesar dessa qualificação, tais profissionais enfrentam restries para atuar no setor civil em razõ da ausêcia de reconhecimento formal de sua certificação por entidades certificadoras. Nesse sentido, a proposiço busca suprir essa lacuna normativa, permitindo o aproveitamento da capacitaço adquirida no serviço público também em atividades civis, ampliando oportunidades profissionais, valorizando a carreira militar e atendendo à crescente demanda por profissionais qualificados no mergulho profissional, sem afastar a possibilidade de complementaço curricular pelas entidades civis competentes.



O despacho atual da proposição prevê sua tramitação pelas Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, esta última para análise da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A matéria está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e tramita sob o regime ordinário.

No dia 25 de novembro de 2025, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou o parecer do relator, Deputado Capitão Alden, pela aprovação do projeto com emenda.

No dia 28 de novembro de 2025, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional recebeu a proposição para análise.

Em 11 de fevereiro de 2026, fui designado relator da matéria no âmbito desta Comissão.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 2.734, de 2025, foi distribuído à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional em função do que dispõe o art. 32, inciso XV, alíneas “f”, “g” e “m”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, por tratar de matéria relacionada à política de defesa nacional, às Forças Armadas e Auxiliares, bem como a outros temas pertinentes ao campo temático desta Comissão.

Nos termos do art. 126, parágrafo único, do mesmo Regimento, cabe a esta Comissão manifestar-se restritamente quanto aos aspectos atinentes à defesa nacional.



Nesse contexto, o Projeto de Lei nº 2.734, de 2025, merece prosperar.

A proposta contribui para o fortalecimento do sistema de defesa nacional ao estabelecer mecanismos que favorecem a adequada transição de militares para a vida civil, especialmente no âmbito das Forças Auxiliares, como os Corpos de Bombeiros Militares. Ao assegurar uma “porta de saída” estruturada e previsível, a iniciativa impacta positivamente o moral da tropa, reforça a atratividade da carreira militar e contribui para a estabilidade institucional das corporações.

Além disso, a padronização mínima de formação e a valorização das competências adquiridas no serviço militar dialogam diretamente com os objetivos da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, que enfatizam a necessidade de manutenção de recursos humanos qualificados, motivados e aptos à mobilização em prol da soberania nacional. A formação de quadros com competências técnicas compatíveis com demandas estratégicas — como atividades especializadas, a exemplo de operações de mergulho — amplia a capacidade de resposta do Estado brasileiro em cenários de crise ou conflito.

A proposição também fortalece a integração entre as Forças Armadas, as Forças Auxiliares e a sociedade civil, aspecto essencial para o conceito de mobilização nacional previsto na doutrina de defesa. A Estratégia Nacional de Defesa destaca a importância de uma reserva qualificada e da interação entre o meio militar e a sociedade como fatores críticos para a coesão nacional e para a prontidão estratégica do País.

Ao incentivar a formação técnica e a compatibilização de competências entre diferentes instituições militares estaduais, o projeto contribui para a interoperabilidade e para a racionalização de capacidades no âmbito nacional, o que se alinha com as diretrizes estratégicas de integração e eficiência no emprego dos meios de defesa.

Por fim, ressaltamos que, não obstante meritória, a Emenda aprovada no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado estabelece requisitos restritivos adicionais para os Bombeiros



Militares. Entendemos que o texto original já traz elementos suficientes, em termos de certificação necessária ao Militar, e que, portanto, tal emenda é dispensável para a garantia da certificação adequada.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 2.734, de 2025, e da **REJEIÇÃO** da Emenda nº 1 adotada pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Sala da Comissão, em de de 2026.

Deputado DELEGADO FABIO COSTA
Relator

2026-3141





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

PROJETO DE LEI Nº 2.734, DE 2025

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em reunião extraordinária realizada hoje, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.734/2025, e pela rejeição da Emenda da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Delegado Fabio Costa.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Cabo Gilberto Silva - Presidente em exercício; Marcel van Hattem e Evair Vieira de Melo - Vice-Presidentes; Aécio Neves, Átila Lins, Celso Russomanno, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Filipe Barros, Flávio Nogueira, Gervásio Maia, Jefferson Campos, Jonas Donizette, Jorge Solla, José Rocha, Lêda Borges, Márcio Marinho, Marina Silva, Mario Frias, Rodrigo Valadares, Stefano Aguiar, Vinicius Carvalho, Albuquerque, Alencar Santana, Alexandre Lindenmeyer, Alfredo Gaspar, Carla Dickson, Delegado Fabio Costa, General Pazuello, Guilherme Uchoa, Gustavo Gayer, Helio Lopes, Lucas Redecker, Luiz Carlos Haully, Pr. Marco Feliciano, Sâmia Bomfim e Sargento Fahur.

Plenário da Comissão, em 10 de junho de 2026.

Deputado CABO GILBERTO SILVA
Presidente em exercício



FIM DO DOCUMENTO